

Hélio Pellegrino e o rigor da resistência na crônica de 1968 a 1988

Profa. Dra. Gabriela Kvacek Betella¹ (Unifai)

Introdução

Antonio Candido afirmou que os artigos de Hélio em jornal revelam “uma tensão constante da inteligência”, que permitiu ao seu autor “inventar um gênero novo no Brasil: a reflexão filosófica na escala da crônica”, algo muito próximo do que praticou Alain na França, ou seja, a utilização do artigo breve, ou *Propos*, para veicular a mais densa reflexão, freqüentemente, a partir dos temas da atualidade. Alain militou pelo pacifismo e contra o fascismo principalmente através dos escritos curtos que o caracterizaram, inspirados nos acontecimentos do cotidiano, concisos e sedutores, chaves para o estudo de sua obra filosófica. Hélio, por sua vez, não suavizava as impressões que expunha nos artigos: nas palavras de Antonio Candido, ele “não amaina, não contemporiza e não pacifica”, pois seu texto “agride, expõe a ferida e escandaliza abertamente, numa opção pelos extremos que condiz com a sua personalidade sedenta”, na verdade, “apaixonadamente a favor do contra” (CANDIDO, 1993, p. 201).

Hélio foi psicanalista e escreveu desde muito jovem. A convivência com amigos em Belo Horizonte, onde nasceu, em 1924, e no Rio de Janeiro, onde passou a viver a partir de 1952, aproximou-o da filosofia, da política e, especialmente, da literatura. Esta última é apontada como a razão principal da imperturbável amizade que manteve unidos durante mais de quarenta anos Hélio Pellegrino, Fernando Sabino, Otto Lara Resende e Paulo Mendes Campos, “animais literários” na definição de Otto, todos admiradores de valores encarnados na geração que os precedeu e devotos da figura heróica do escritor, do criador cujo instrumento é a palavra. Hélio começou pela poesia, publicando em jornais e revistas. Os poemas foram reunidos quase na totalidade num único volume somente em 1993, cinco anos após a morte do poeta. Hélio colaborou com artigos para diversos periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo enquanto exercia as funções de psicanalista, de poeta e de ativista político. Muitos escritos ficam entre crônicas e ensaios, sendo impossível admitir uma ou outra classificação.

De 1966 até 1968, Hélio escreveu para o **Correio da Manhã**, ao mesmo tempo em que se tornava um líder importante no meio intelectual, aliado inclusive ao movimento estudantil. Os artigos dessa época, publicados no Quarto Caderno do referido jornal, são o prenúncio do lote de artigos que Hélio escreverá para a **Folha de S. Paulo**, nos anos de 1980, no que diz respeito à conquista da forma. Ambos os conjuntos são a melhor amostra do alcance combativo da atitude crítica de Hélio Pellegrino, cujas diretrizes baseiam-se na sofisticada maneira de análise e interpretação dos contrários exercida por ele, algo capaz de superar o lugar-comum da “conciliação dos contrários”, normalmente utilizado para definir aspectos da “mineiridade”.

A psicanálise, o marxismo e o cristianismo são os pontos de referência de Hélio, compatibilizados a propósito de várias situações de vida e de pensamento. A partir dos anos de 1970, a produção foi direcionada para três vertentes principais. A primeira envolvia o embate que o psicanalista travou na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, com o episódio iniciado em 1969 e somente resolvido em 1981, trazido a público no ano seguinte, com a publicação do livro coletivo **Crise na Psicanálise**. De 1982 também é a formação da Comissão Teotônio Vilela para as Prisões, do grupo Tortura Nunca Mais, da qual Hélio fazia parte. A segunda vertente da produção escrita, de cunho político mais geral, germinada nos artigos para o Quarto Caderno do **Correio da Manhã**, tem como marco “A Dialética da tortura: direito versus direita”, sobre a prisão e tortura de Lourenço Diaféria, publicado em 1978, na revista **Ensaio de Opinião**. O texto de Hélio empenha-se na luta contra a

tortura, muito antes de o autor integrar a Comissão Teotônio Vilela, e os temas relacionados a qualquer cerceamento de direitos são constantes. A terceira vertente ensaística é bem menos expressiva: são os artigos que examinam algumas obras literárias, entre os quais se destacam “A honra de ser inseto”, de 1968, sobre **A metamorfose**, de Franz Kafka e “Armadilha para o leitor”, de 1976, sobre **Armadilha para Lamartine**, de Carlos & Carlos Sussekind. “Memoráveis memórias”, prefácio de **Maria Ruth**, memórias da atriz Ruth Escobar, é um texto bem posterior, de 1987, no entanto pode figurar nesse pequeno subconjunto. Este trabalho examina aspectos do segundo grupo de ensaios-crônica de Hélio Pellegrino.

1 Fatos do interminável 1968

O ano de 1968 foi pontuado com fatos lamentáveis e atitudes redentoras. Em março daquele tumultuado ano, um confronto entre a Polícia Militar e um grupo de estudantes que protestava em frente ao restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, provocou a morte do estudante Edson Luís Lima Souto. Vale a pena ler o que escreveu Hélio no Quarto Caderno do **Correio da Manhã**, em 7 de abril:

A morte do jovem estudante, convulsionando o país, coloca problemas políticos da mais alta importância. Através dela, o povo brasileiro, pela primeira vez, depois do golpe de 31 de março / 01 de abril de 1964, toma profunda e emocionada consciência de seu repúdio ao Poder Militar que nos oprime. [...]

É absolutamente necessário – e já é hora disto – que a grande massa dos militares brasileiros, de todas as Armas, e de todas as hierarquias, tenha uma lúcida e corajosa visão do que está acontecendo no país. Após a morte de Edson Luís, ao comparecer na Assembléia Estadual, o general Oswaldo Niemeyer buscou justificar a ação homicida por ele comandada sob pretexto de que “a polícia estava inferiorizada em poder de fogo”. E, ao lhe perguntarem: “Potência de fogo? É arma?” – respondeu impávido: “É tudo aquilo que nos agride. Era pedra”.

Ora, uma tal colocação do problema exige exame cuidadoso e aprofundado. O general Niemeyer não fala, evidentemente, em nome da convicção puramente pessoal, nem está a exprimir uma tara psicopatológica que só a ele diz respeito. Este pobre homem é, antes e acima de tudo, vítima de uma ideologia e de uma concepção estratégica político-militar que envenenam as fontes mesmas de sua humanidade. A origem dessa ideologia e dessa estratégia está no pensamento anacrônico e reacionário da Escola Superior de Guerra. Segundo a Sorbonne, o mundo de hoje ainda continua monoliticamente dividido entre Leste e Oeste, entre Rússia e Estados Unidos, entre Deus e o Diabo. Em virtude do poderio atômico que está nas mãos tanto de Deus (EUA), quanto do Diabo (URSS), a guerra entre ambos, não podendo declarar-se em nível bélico total, refluí para as áreas de influência dos dois blocos e ganha as fronteiras internas dos países que compõem tais áreas.

Eis aí a fonte envenenada dos conceitos de subversão interna, guerra revolucionária, fronteiras ideológicas – e tudo o mais que nessa linha decorre. O Brasil, visto por este ângulo, não pode ter destino nacional autônomo – nem estratégia autônoma. Estamos amarrados aos interesses americanos, a eles prometidos e, com eles, comprometidos. O poder imperial ianque, aliado ao Pentágono, que nos exportou e exporta tal ideologia, ceva gorda e garantidamente, através dela, seus apetites sobre nossa economia combalida. A nós, brasileiros, só nos resta o caminho do masoquismo histórico, da submissão ignóbil, da espoliação sem combate. Qualquer protesto, qualquer tomada de consciência da situação, qualquer iniciativa popular, qualquer movimento de brio nacional é – imediata e inexoravelmente – tachado de subversão comunista.

E, como tal, tem que ser combatido pelas armas, já que qualquer manifestação de inconformismo, por justo e santo que seja, nada mais é do que o capítulo de uma guerra – na qual o comunismo interno é o único inimigo. Esse tipo de pensamento leva a uma cegueira política de consequências trágicas. As energias popula-

res, quaisquer que sejam, são rotuladas de subversivas e comunistas. O povo é – por definição – comunista, e se as Forças Armadas estão comprometidas com uma ideologia que faz do anticomunismo obtuso e irracional o seu centro de apoio, daí decorre que as Forças Armadas deverão estar, sempre, em qualquer emergência, contra o povo.

Esta nunca foi, nem será, nossa tradição histórica. É preciso que militares de todas as Armas, e todos os escalões, meditem sobre o engodo monstruoso de que podem estar sendo vítimas, a serviço dos interesses imperiais dos Estados Unidos, contra os destinos de nossa pátria. É necessário – agora ou nunca – que as Forças Armadas, fiéis à verdade histórica brasileira, não se prestem, sob nenhum pretexto, ao papel de servirem de tropas de ocupação estrangeira em nossa terra. É esta a consequência a que conduz o pensamento da Escola Superior de Guerra, cuja ideologia informou a ação do governo Castelo Branco e informa ainda a ação do governo Costa e Silva. (PELLEGRINO, 1968a, p. 2)

Naquele momento ruidoso, a argumentação de Hélio chegava a ser, no mínimo, perturbadora. A leitura nos dias de hoje potencializa vários efeitos, entre os quais a memória de pontos positivos de muitos discursos de esquerda. Contudo, o que é necessário destacar é a força com a qual este e outros artigos de Hélio chegam ao jornal com a intenção de esclarecer, explicar, discernir e direcionar os fatos para ser revelada a ameaça que eles podem representar. No exemplo acima a direção que o autor imprime para os seus argumentos é crucial, pois se destina a tocar a capacidade de reflexão daqueles que formam a força repressora em suas bases. E mais: a argumentação procura reverter o sentido do rótulo “comunista” para representante de “brio nacional”. Vale observar com atenção a seguinte frase de Hélio, a propósito do bloqueio à autonomia nacional e do cerceamento da liberdade individual: “A nós, brasileiros, só nos resta o caminho do masoquismo histórico, da submissão ignóbil, da espoliação sem combate.” Curiosamente, a idéia de masoquismo histórico será aproveitada por Robert Kurz em 1997, para explorar o conceito de trabalho. O sociólogo alemão percorre a abstração de trabalho durante a Antiguidade, depois passa a investigar as incorporações realizadas pelos regimes absolutistas, pelo cristianismo e pelo protestantismo para, finalmente, investigar essa herança no liberalismo e no marxismo, concluindo que a secularização da “religião do trabalho” foi aperfeiçoada. Segundo Kurz, “na totalidade global de uma atividade incessante, a servidão tornou-se liberdade, e a liberdade, servidão, ou seja, aceitação voluntária de um sofrimento, sem outro sentido senão ele próprio” (KURZ, 1997, p. 276). Estabelecendo analogias com a provocação de Hélio Pellegrino ao tratar de um assunto mais circunscrito, a tese de Kurz vislumbra uma solução que nos desviaria do “caminho do masoquismo histórico, da submissão ignóbil, da espoliação sem combate”:

Não restará ao homem senão inverter o resultado do capitalismo e libertar-se do “trabalho”. Este fim histórico do sofrimento não seria o fim da atividade humana em sua troca com a natureza, mas somente o da menoridade irrefletida. Por mais que os servos voluntários queiram incondicionalmente preservar a forma do sofrimento, esgotou-se o tempo do masoquismo histórico. (KURZ, 1997, p. 277)

O texto de Hélio aproveita a expressão “masoquismo histórico” com o benefício da primazia temporal, e talvez por isso seja capaz de antever em seu significado a entrega do indivíduo a um sistema enganador, hábil em tirar das pessoas sua força de trabalho e seus direitos, oferecendo ilusões. Trinta anos mais tarde, Kurz renova o conceito no belo e instigante artigo, esclarecendo a inversão dos sentidos primevos, apontando causas e a possível solução para um dos resultados funestos do capitalismo.

Os acontecimentos de 1968 foram alinhavados atentamente nos anos de 1980 por Zuenir Ventura em seu aclamado **1968: o ano que não terminou**. Hélio Pellegrino protagoniza algumas cenas do livro, especialmente no período entre março e junho, ou seja, entre a morte de Edson Luís (28 de março) e a Passeata dos Cem Mil (26 de junho). Destacamos dois episódios marcantes no livro de

Ventura, nos quais a participação de Hélio é fundamental: o encontro com o governador Negrão de Lima e a audiência com o presidente Costa e Silva.

O curto intervalo entre 28 de março e 4 de abril, marcado por intensas manifestações estudantis, foi um período que quase antecipou a decretação do Ato Institucional n. 5, pois alguns setores do governo procuraram o que encontrariam quase nove meses depois, pretexto para “o golpe dentro do golpe”, registrado apenas como “rumores alarmantes” pelo Jornal do Brasil (VENTURA, 1988, p. 109). No dia primeiro de abril, ao cair da tarde, os estudantes estavam na rua como quem estava na guerra, exteriorizando sentimentos pela morte de Edson, pela proibição de manifestações e pelos quatro anos do golpe de 64. Houve muita depredação, luta corpo a corpo, tiroteio, muitos feridos (civis e soldados), jovens baleados e um estudante morto. No dia seguinte, as autoridades chamaram de “modernas técnicas de guerrilha urbana” o modo de deslocamento dos estudantes. Nunca se explicou, contudo, a razão pela qual foram mobilizados somente 1750 homens do efetivo de 10 mil da Polícia Militar, que foi desmoralizada. (VENTURA, 1988, p. 109-11). O dia da missa de sétimo dia de Edson Luís não foi muito mais calmo: as imediações da Candelária formavam uma praça de guerra. O dia 21 de junho ficou conhecido como “a sexta-feira sangrenta”, em que cerca de quatrocentos estudantes foram massacrados pela humilhação da polícia no campo de Botafogo. Na quarta-feira seguinte, seria realizada a Passeata dos Cem Mil. No fim de semana que separou as duas datas, uma assembléia de intelectuais, artistas e jornalistas decidiu encontrar o governador no Palácio Guanabara. No sábado de manhã, Ferreira Gullar, idealizador do evento, e Jânio de Freitas doutrinavam Hélio Pellegrino, escolhido como porta-voz do grupo. A preocupação era “que o exuberante Pellegrino não se excedesse, não virasse a mesa”. Gullar aconselhou: “Não seja italiano.”

Por volta do meio-dia, cerca de trezentos artistas, escritores, cineastas e jornalistas chegavam ao Palácio. Quando todos superlotavam o Salão Nobre, o porta-voz se manifestou, falando com uma coreografia própria: “mão direita na frente, com o polegar e o indicador armados como se estivessem imitando um tiro, os gestos precedendo em algumas frações de segundo a fala, a voz de um possuído e a argumentação contundente, mas nunca hostil” (VENTURA, 1988, p. 147). O orador estava num de seus melhores dias, conciliando a revolta com o tom respeitoso que não dava margem a revide. Acentuou a posição de vanguarda ocupada pelos estudantes na sociedade brasileira. Relembrou os acontecimentos da semana, quando o governo do Estado garantira ao reitor Clementino Fraga a assembléia dos estudantes na Praia Vermelha, sem intervenção da polícia, que simulou retirada e em seguida agrediu, espancou, prendeu e humilhou. Se a palavra do governo não era respeitada, e como o seu poder emana dos eleitores, argumentava Hélio, estes estavam desrespeitados, por isso cobravam o mandato que deram ao governador e a palavra de candidato, de fazer do Estado da Guanabara um Estado democrático, caso contrário o representante do povo estaria contra este e ao lado daqueles que o fuzilam. Afirmando não acreditar nessa “opção melancólica”, Hélio ressaltou a necessidade de uma satisfação à opinião pública. Referiu-se também a uma nota da Polícia Militar, ameaçando represálias pela morte de um soldado na “sexta-feira sangrenta” e, ao final desse crescendo emocional, exigiu a libertação de presos e o término do clima de terror. O governador Negrão de Lima tentou defender a Polícia, explicando as razões da violência, e era a imagem da falta de poder e da incapacidade de agir. (VENTURA, 1988, p. 148)

Quando a comissão formada durante a Passeata dos Cem Mil foi encontrar o Presidente Costa e Silva, Hélio era novamente o porta-voz. Durante a reunião, o marechal revelou que conhecia sua família e, especialmente, sua condição de funcionário público. Além disso, procurou convencer a comissão de que se empenhava em resolver os problemas e de que seu governo era democrata, dirigindo-se a Hélio e lhe perguntando se não era verdade que o psicanalista escrevia o que queria. Ainda reforçou: “que ditadura é esta em que as pessoas podem gritar abaixo a ditadura?” Hélio conduziu o debate com muita destreza, pois a comissão exigia a libertação de presos, enquanto o presidente tentava barganhar com o fim das passeatas. Num determinado momento, Hélio inspirou-se

nos “latagões de cassete cercando a sala” e, como um demiurgo da palavra, conforme retrata Zuenir Ventura, disse:

– Presidente, vamos supor que, a gente aqui conversando, um daqueles soldados tire o cassete e venha para cima de mim.

[...]

O diálogo será impossível. Se sou agredido fisicamente, como posso conversar? É mais ou menos o que está havendo: o governo diz que quer conversar com os estudantes – eu acredito, e isso é meritório, é excelente. Mas as forças da repressão continuam espancando os estudantes no meio da rua. Não pode haver repressão, presidente. É preciso que os ânimos se acalmem e o diálogo se estabeleça. (VENTURA, 1988, p. 177-8).

O célebre artigo de Hélio “Os feitos da ditadura e a ditadura dos fatos”, publicado no **Correio da Manhã** de 11 de agosto mostra a maneira de exercer a liberdade com a ação da palavra numa época essencialmente experimental. Hélio experimentava com refinada coragem e inteligência, contando o episódio da prisão de Wladimir Palmeira:

O marechal Costa e Silva tem horror à palavra ditadura. Ao ouvi-la, costuma perder o seu ar bonacheirão, alteando a voz para, através do registro vocal, demonstrar a si mesmo, e ao país inteiro, que o Brasil vive, no momento, um período ímpar de sua história democrática.

[...]

Ora, os fatos são os fatos e contra eles – já o diz a sabedoria popular – não há argumentos. No mesmo dia em que a imprensa noticiava a auspiciosa palavra presidencial de que no Brasil não existe ditadura nenhuma, era preso em Copacabana o líder estudantil e popular Wladimir Palmeira. Sua prisão decorre do fato puro e simples de ser Wladimir Palmeira um líder fiel ao espírito de oposição nos termos que lhe são ditados por sua consciência de brasileiro e de patriota. Ele não faz parte da oposição consentida, através da qual pretende o governo comprar patente de democrata. Wladimir Palmeira exerce apenas o seu direito de contestar o governo e o regime nos termos de sua escolha pessoal e política. Esses termos, entretanto, não são de agrado do poder militar. Já aí se percebe a qualidade democrática do peixe que nos quer vender o marechal presidente. No Brasil existe uma democracia *ad usum delphini*, para americano ver. O poder militar se arroga o direito arbitrário de prender, sem mais aquelas, todo brasileiro que pretenda exercer, de fato, e por sua conta, as prerrogativas democráticas fundamentais, isto é: a livre expressão do pensamento e o livre direito de reunião e de protesto.

Acontece que a lei, no Brasil, não consagra os direitos do homem, reconhecidos internacionalmente por qualquer comunidade democrática, mas o arbítrio do poder militar. No Brasil é permitido tudo aquilo que os militares permitem. [...]

O país inteiro, de norte a sul, toma conhecimento diário da brutalidade policial contra os estudantes e contra o povo que tenta manifestar, democraticamente, o seu descontentamento. Estes são os fatos. E os fatos estão a dizer, com a eloquência que lhes é própria, que não existe no Brasil democracia nenhuma. A democracia que o povo quer, os militares repelem. A repressão policial não defende o governo de qualquer ameaça que sobre ele pese. Se o poder militar se sente ameaçado pelo exercício popular de direitos democráticos, isto significa que o poder militar é ditatorial e antidemocrático. Neste caso, é extravagante falar-se no direito que o governo tem de defender-se. O mais próprio é inverter a fórmula e afirmar que o povo brasileiro, indo às ruas, se defende contra um poder ditatorial e discricionário, que lhe rouba suas prerrogativas democráticas.

[...]

A burguesia brasileira tem medo de contar, organicamente, com as massas, para a consecução de seus objetivos de classe. Profundamente ligada ao latifúndio, enfraquecida pelos interesses do imperialismo encravados em nossa economia, a burguesia brasileira, como classe, se vê desarmada diante de suas próprias tarefas históricas. Não resta dúvida de que há setores do empresariado nacional que tentam resistir à espoliação desnacionalizadora do imperialismo. Mas tais setores não ditam a tônica da política do capitalismo nacional. Tal política, para ser progressista, deveria abrir-se às massas urbanas e camponesas. Este seria o único caminho pelo qual a burguesia brasileira viria a liderar um processo global de transformação de nossas estruturas.

Isto não se deu e, a meu ver, não chegará a dar-se. O poder militar chegou ao governo do país com expressão do impasse da burguesia nacional, incapaz de aliar-se democraticamente aos operários e camponeses, de maneira a conseguir formular um projeto nacional e global de desenvolvimento. [...] A falta de eleições diretas, a falta de partidos livres, a falta de democracia real consagram, politicamente, a marginalização do povo. Os caminhos do povo, ele tem que inventá-los. O povo, no Brasil, se quiser salvar-se terá que, laboriosamente, criar seu rumo próprio. Isto está acontecendo, através da luta dos estudantes, através do clero progressista e dos intelectuais, através das greves operárias e da politização da classe média.

P.S. – Este artigo já estava escrito quando foi dada a público a decisão do poder militar de transformar a cidade numa praça de guerra, para impedir as manifestações estudantis contra a repressão e a prisão de Wladimir Palmeira. Mais um feito da ditadura e mais um fato para nossa meditação. (PELLEGRINO, 1968b, p. 2)

É notável o desprendimento da análise de Hélio, no sentido de publicar, com o respaldo de um jornal com histórico nessa prática, a dissecação do regime militar, numa época em que a repressão já se fazia sentir de modo drástico. Contudo, a ação de Hélio durante os conflitos entre intelectuais e governo em 1968 foi, conforme pudemos verificar, tão profunda quanto suas análises. Uma das mais sensatas reflexões sobre a ditadura é escrita por Hélio num caderno de notas, infelizmente sem data. Nota sucinta disposta a revelar o intelectual como “ser-em-situ-ação”, ser histórico, relacionado com as práticas sociais:

Somos um tapete de relações – e de contradições, em movimento. Da articulação dessas relações – e dessas contradições –, bem como do movimento que constitui nossa aventura humana, a história participa, substantivamente. Somos históricos, sempre. Somos políticos, sempre. A tarefa do intelectual, em todos os níveis, consiste em pensar – em refletir sobre a aventura humana. Se desta aventura a história participa, íntima e necessariamente, isto quer dizer que a tarefa do intelectual consiste sempre, e necessariamente, em pensar a história – o movimento da história. A tarefa do intelectual consiste em produzir um discurso sobre a condição humana em situação, isto é, permeada, atravessada, impregnada de história. O ser-em-situ-ação é um ser histórico, relacionado, pela sua prática, ao conjunto de práticas sociais. Se é possível a alguém não fazer política, isto é, não pensar historicamente, este alguém não pode ser um intelectual. O intelectual produz um discurso que não pode ser nunca um reflexo – tem que ser uma reflexão – do movimento da história.

A prática do intelectual é a mais política das práticas, porque a ele está afeta a tarefa de pensar o conjunto do movimento social. (PELLEGRINO, 2004, p. 129)

Mesmo na anotação, Hélio se submete ao exercício da inteligência que se dispõe a introduzir, comentar e concluir. A nota complementa a ação de Hélio Pellegrino durante a ditadura militar, contudo permanece, propositadamente como escrito não datado, motivando a atividade que deve reger o intelectual. A frase que serve como título ao escrito é “a nossa relação com a ditadura é

substantiva, não adjetiva”, e condensa a idéia exposta nas primeiras frases do texto. A “relação substantiva” é assim denominada por que se dá via substância, nunca por extensão. É uma anotação de atualidade impressionante.

2 A forma do ensaio

Em 6 de outubro, Hélio escreve no Quarto Caderno do **Correio da Manhã**, recordando acontecimentos de dias anteriores:

Lúcio Cardoso morreu no dia 23 de setembro, terça-feira, e, na tarde desse mesmo dia, foi enterrado. Não soube de sua morte senão depois, pelo noticiário dos jornais. Não pude comparecer ao seu velório, nem ao seu enterro. Nesse dia, intelectuais, artistas, professores, sacerdotes, mães de família, participavam de um ato público de protesto contra a realização da VII Conferência dos Exércitos Americanos no Estado da Guanabara. Fomos à rua, modestamente, com faixas e cartazes, dispostos a testemunhar nossa posição antiimperialista, mesmo que isto nos viesse a custar algumas prisões e borrachadas. Houve ambas as coisas [...].

[...] A morte de Lúcio Cardoso pertence à esfera das experiências numinosas, solenes e encharcadas de mistério. Toda morte – e, em particular, a morte de um amigo – nos lança sempre ao centro do lenço noturno que, a cada instante, envolve e penetra o nosso dia. Arrancando-nos do cotidiano, erguendo em nossa frente o muro altíssimo de uma situação-limite intransponível, a morte revive em nós, de forma fulgurante e dolorosa, as perguntas fundamentais da existência. [...]

Acontece, porém, que a luta política, na medida em que transcende a mera e medíocre burocracia dos expedientes eleitorais, coloca também, diante de nós, as perguntas fundamentais da existência. O homem, hoje, em todo o mundo, luta para transformá-lo, segundo os princípios da justiça. O homem quer salvar-se e “precisa” salvar-se, seja a que preço for. Um novo humanismo se constrói, ao prelo da dor e do sangue, seja nos campos de arroz do Vietnã ou nas recentes barricadas de Paris, seja na resistência tcheca aos invasores russos ou nas ruas ensangüentadas do México, do Uruguai, do Brasil, onde jovens tiroteados já tombaram e continuam a tombar. Dentro da crise enorme, vida e morte se integram num mesmo processo, os testemunhos mais díspares falam de um sonho comum e de uma busca também comum, toda vida realmente vivida traz consigo um reflexo da grande forja ardente de cujo magma em fusão saltará o rosto do homem novo. (PELLEGRINO, 1968c, p. 2)

Aqui Hélio converte alguns de seus temas preferidos em motivos entrelaçados no texto. A morte do amigo Lúcio Cardoso se junta às mortes de jovens em luta política, como “experiências solenes” da dor e como resultados de um processo intensificado pela vida. A luta política torna-se, na visão de Hélio, situação-limite tão reveladora quanto o final de uma existência. Ambos são estados propícios para o maior proveito de experiência possível, ou seja, tanto a reflexão sobre uma vida finda que se torna matéria para os que permanecem quanto o exercício pleno do direito político, concentrando vários outros, com suas mortes e glórias, são transformação e salvação. O dia da morte do amigo escritor e do protesto antiimperialista paga a dor da perda e a apreensão de “prisões e borrachadas”, contudo devolve a humanidade de quem vive intensamente a experiência.

O artigo “Dialética da tortura: direito versus direita” foi recusado por alguns jornais antes de ser publicado nos **Ensaio de Opinião**, da Editora Paz e Terra, em 1978. Trata-se de um dossiê sobre a prisão do cronista Lourenço Diaféria, enquadrado na Lei de Segurança Nacional no ano anterior. Vale a pena examinar o episódio e, principalmente, o modo através do qual Hélio conduziu e analisou os fatos que, segundo ele próprio, “trariam consigo os efeitos políticos mais negativos e funestos” se as causas tivessem podido desencadear-se livremente.

No início de setembro de 1977, **O Globo** e o **Jornal do Brasil** divulgaram o depoimento de três presos políticos, condenados pela Justiça Militar, denunciando com riqueza de detalhes as torturas físicas e psicológicas por que tinham passado. O cronista Lourenço Diaféria havia publicado uma crônica intitulada “Herói. Morto. Nós”, uma comovida homenagem ao sargento Sílvio Hollembach, que teria salvo uma criança do poço das ariranhas, no zoológico de Brasília, mas que morreu devido aos ferimentos. Segundo Hélio, a crônica afirma que “o povo prefere o herói sargento à estátua equestre do Duque de Caxias”, o que não foi bem recebido pelos militares.

Em 8 de setembro, o Ministério do Exército expediu uma nota oficial (publicada no dia seguinte) cujo texto era “enfarruscado, trombudo, sombrio”, mas atribuiu à imprensa “uma atitude insultuosa e depreciativa com respeito aos militares, ‘configurando uma campanha de agressão às Forças Armadas e de descrédito da Revolução’”. Denegria-se a reputação do Exército “para incompatibilizá-lo com a Nação”. (PELLEGRINO, 1978, p. 79)

É preciso notar que o artigo detalha e explica as razões de se classificar o episódio dentro de um quadro de discrepância: a nota militar era “colérica”, enquanto as providências foram medidas, circunscritas às punições, o que não configura um acaso, segundo Hélio. As consequências tiveram significados políticos, pois as Forças Armadas empenhavam-se em desvincular-se dos procedimentos que significassem compromisso com graves violações de direitos humanos. Dizendo de outro modo, embora Lourenço Diaféria tenha sido “oferecido” como bode expiatório aos setores “duros” ou radicais das Forças Armadas, já irritados por causa dos depoimentos dos presos políticos, não houve medidas que restringissem gravemente as conquistas da liberdade de imprensa. Além disso, à “cólera dos duros” ficou atribuído “um alvo específico, particularizado, individualizado, que encobre seu verdadeiro endereço”: a crônica de Diaféria ocupa o centro da cena e circunscreve, delimita e demarca com precisão todo o problema, permitindo providências legais, também demarcadas com precisão. A nota do Ministério do Exército criou um espaço nítido para a ação da lei, “mesmo sendo a Lei de Segurança”, e isso representa, na visão de Hélio, “uma medida profilática destinada, por um lado, a dar satisfação aos elementos militares mais radicais, prevenindo e impedindo, por outro, quaisquer ações ou reações arbitrárias ou atribuladas que pudessem vir a golpear de morte o processo de distensão preconizado pelo Governo”. Hélio se mostra muito vivaz ao tecer esse raciocínio, que culmina no seguinte:

A crônica de Diaféria denuncia o perigo de identificar-se o herói – ou o santo – com sua mera representação icônica. O culto ao herói não deve jamais reduzir-se a – ou confundir-se com qualquer inclinação para a idolatria. O ídolo, o ícone, a estátua não são o herói, não encarnam suas virtudes nem possuem, com estas, qualquer tipo de vínculo substancial. Por isto mesmo, a efígie do herói ou do santo pode ser usada segundo o vário capricho da circunstância e, até, contra os valores da figura que representa. É o caso, por exemplo, da imagem do Cristo, entronizada nos muros das masmorras da Inquisição, onde a palavra do Filho de Deus era negada e conspurcada. (PELLEGRINO, 1978, p. 80)

Após contextualizar e oferecer a dimensão exata da atitude punitiva do Governo, o artigo propagandeia uma solução à altura, através de uma fina ironia, quase imperceptível pelo desenvolvimento da análise dos acontecimentos, cujo desfecho é praticamente forçado pelo texto, o que também representa uma provocação, implícita na exposição das contradições e explícita na declaração sobre a construção de “uma ordem política onde o acatamento à lei represente o máximo e transcendente consenso ao qual toda a nação venha a subordinar-se, fora e acima de quaisquer arbítrios”. Feito isso, o texto se detém na questão da adoção de um aparelho repressivo pelo Governo como um dos recursos de luta, opondo esse expediente ao “desejo de lei” que se manifestava naquele final dos anos de 1970:

Se esse majoritário desejo de lei das Forças Armadas está bem marcado no episódio Diaféria, sob forma da possibilidade, por parte do Governo, de controlar e delimitar efeitos imprevisíveis e intempestivos, também nele é perfeitamente detec-

tável a presença de uma tendência oposta, cujo projeto consiste em afirmar, seja a que preço for, a intangibilidade da corporação militar, colocada assim a cavaleiro de críticas, de erros, de imperfeições e contradições. Esta tendência, por sua própria estrutura, acaba por tornar-se incompatível com o reconhecimento – e acatamento – da soberania da lei. Se me atribuo um estatuto de infalibilidade coloco-me necessariamente fora do alcance da lei, já que para mantê-lo não posso, em nenhum momento, admitir qualquer instância a cujo arbitramento me venha a submeter. Se sou perfeito, não posso errar. Se não posso errar, não há por que deva eu abrir espaço para a lei, uma vez que esta, transcendente a mim, denuncia minha possibilidade de erro e, nesta medida, me denuncia como vulnerável, falível, imperfeito.

A idealização extrema de uma instituição, de um líder carismático, de um dogma político representa uma drástica tentativa de simplificação da realidade política e social, cuja textura é sempre tramada de contradições, de interesses conflitantes, de discursos em desacordo. Esta tendência simplificadora e absolutizadora corresponde a uma ideologia cujo objetivo consiste em coagular e dissociar, maniqueisticamente, os pólos da dialética social e política, de modo a justificar o esmagamento do pólo adverso, ou vicioso, pelo seu pólo oposto, detentor de todas as virtudes. Uma tal estrutura ideológica constitui a base de todos os regimes de direita e, através dela, se institucionaliza o uso da violência repressiva à margem da lei, sob o pretexto de que a coisa reprimida é absolutamente má, de tal forma que a instância repressora é, por definição, e em grau absoluto, justa e boa.

A esse tipo de pensamento político se deve a organização e o funcionamento entre nós, de todo um aparelho repressivo que passou a adotar, como um de seus recursos de luta, o uso extra-legal da tortura contra presos políticos [...]. Acontece, entretanto, que essa filosofia política, consoante com os setores mais privilegiadamente reacionários da sociedade, jamais conseguiu impor-se ao consenso das Forças Armadas, de modo a obter delas apoio unânime para seus desígnios. [...]

À semelhança do que costuma ocorrer no terreno da fenomenologia psicanalítica, processou-se uma clivagem na estrutura da corporação militar, de tal modo que os órgãos de segurança, desprendidos do conjunto institucional, passaram a poder movimentar-se com liberdade de ação, sem que seu comportamento criasse vínculos de uma responsabilidade geral. Os órgãos de segurança, a partir dessa clivagem defensiva, adquiriram por assim dizer uma vida própria, autônoma, e a eficácia dessa defesa foi complementada pela negação radical da existência, onde quer que fosse, de quaisquer procedimentos repressivos à margem da lei. As entidades diretamente ligadas à repressão passaram a agir com autonomia, ao mesmo tempo em que esta ação, nos seus aspectos arbitrários e ofensivos aos direitos humanos, era mantida em rigoroso segredo. Este sigilo, por sua vez, imposto drasticamente aos meios de comunicação de massa e a todos os cidadãos, transformou-se numa exigência intimidadora de negação do problema, de conformismo obscurantista, de desinformação sistemática. (PELLEGRINO, 1978, p. 82).

O texto termina ressaltando a importância da exposição do tema da tortura no Brasil como única forma de restauração de virtudes das Forças Armadas:

Agora, as coisas, embora vagarosamente, começam a mudar. São os reflexos desta mudança, no episódio Diaféria, que lhe conferem extraordinária importância política. O cronista da Folha de S. Paulo, com o seu comovido texto sobre o sargento Sílvio Hollembach, foi enquadrado na Lei de Segurança como bode expiatório, para satisfazer à direita. A cólera desta, entretanto, visava primariamente à imprensa, aos “periódicos de reconhecidos conceito e equilíbrio” que tiveram a coragem de romper o silêncio sobre a tortura, publicando os depoimentos de três presos políticos.

A ruptura deste silêncio, consentida e aprovada pelo Governo Geisel, representa uma alta vitória das Forças Armadas de toda a nação brasileira. Não nos é difícil imaginar de que forma é doloroso, para os militares, o enfrentamento do problema da tortura. Por outro lado, não temos nenhuma dúvida de que só este enfrentamento, sereno e objetivo, permitirá e garantirá o avanço das medidas democratizantes preconizadas pelo Governo. O debate sobre a tortura significa uma vitória radical sobre o extremismo de direita. É claro que ele terá que fazer-se sem qualquer espécie de revanchismo estéril, que só favoreceria a reação. Torna-se, porém, imperativo desmascarar, como plena manobra dessa direita, o argumento de que falar-se sobre a tortura significa subversão, provocação comunista, ofensas às Forças Armadas. A verdade, seja qual for, quando começa a ser buscada, e proferida, é sempre expressão de maturidade e de grandeza. São estas as virtudes que as Forças Armadas assumem, quando dão o amargo consentimento para que o tema da tortura comece a ser exposto à luz do dia. (PELLEGRINO, 1978, p. 85).

À parte de ter se desdobrado em escritos futuros, o artigo leva o leitor a constatar sobretudo um equilíbrio ético a sustentar o pensamento. O apego à explicação, a retomada das linhas de raciocínio, a desenvoltura com a palavra e a crença na verdade são algumas das expressões que definem o prosador, o pensador e o ensaísta Hélio Pellegrino. Em agosto de 1982, no texto “A intranquilidade cívica” (um dos inúmeros desdobramentos de “Dialética da tortura: direito versus direita”), temos uma das mais brilhantes formulações filosóficas do ensaísta:

Numa sociedade de classes, dividida entre opressores e oprimidos, há sempre uma guerra dos opressores contra os oprimidos. Ela pode estar inaparente, institucionalizada, mas existe. A mortalidade infantil é uma de suas provas mais terríveis. Quando as tensões sociais aumentam, a guerra deixa de ser implícita e se torna explícita. Vejamos 1964: houve, aí, uma mobilização bélica do aparelho do Estado contra a massa trabalhadora, em nome da ideologia anticomunista. Grupos de jovens inconformados tentaram responder a esta declaração de guerra, através da luta armada. A repressão, impiedosa, construiu-se a partir da tortura, a saber: a partir de um crime de guerra. Os grupos de guerrilheiros armados, por mais equivocados que estivessem, do ponto de vista político, e por mais lamentável que fosse a sua violência, empreenderam sempre ações de guerra, jamais crimes de guerra.

Há dois tipos de violência, qualitativa e eticamente distintos. A violência do opressor é sempre imoral, liberticida e aviltante da condição humana. A violência do oprimido pode ser ética, libertadora e dignificante. Desconhecer esta diferença é fazer o jogo do opressor, na medida em que se condena, sem discriminação, a violência legítima, a serviço da liberdade. (PELLEGRINO, 1982, p. 3)

O texto “Mal necessário”, de 27 de março de 1982, é extremamente importante para nossas análises, pois sintetiza um plano de trabalho de Hélio para os seus escritos, tanto quanto resume um modo de raciocínio que se desenvolve ao longo da obra. Para dissertar sobre a necessidade das instituições, vários paradoxos, marcas da expressão de Hélio, tornam-se claros. Além disso, o texto corrobora a tese sobre uma capacidade de reordenação do pensamento através da retomada de explicações de cunho filosófico. Hélio parece reordenar a si mesmo enquanto compõe um ensaio e reafirma suas convicções. A libertação é a atitude repisada, inclusive através da feitura do texto e seus limites, como ato presentificado e vivificado na linguagem, “institucionalização libertadora”:

Há, em nosso tempo, cerrada polêmica em torno das instituições. Alguns – conservadores e direitistas – tendem a transformá-las em fetiches intocáveis, objetos de veneração e de culto. Para estes, é preciso prestigiar e sustentar as instituições, em regime de absoluta prioridade. Sem instituições rígidas, haverá desordem. [...]

Para outros, as instituições são sempre indesejáveis e, nesta perspectiva, exigem ser atacadas e mesmo demolidas, por uma questão de princípio. Elas passam a

significar, sem remissão, esclerosamento, anticriatividade, burocratismo estéril, caretice liberticida.

Não creio que esse maniqueísmo conceitual possa levar a qualquer lugar aproveitável. A instituição é, a meu ver, um mal necessário e, portanto, um bem. O paradoxo aparente pode ser explicado a partir da definição de que a liberdade é o conhecimento da necessidade. Se a instituição é um mal necessário, ela implica, necessariamente, um conhecimento da necessidade. Nesta medida, e a partir da definição considerada, ela é um passo à frente no sentido da liberdade e, portanto, constitui um bem, já que aponta para a liberdade, bem supremo.

[...]

A instituição se mantém como mal necessário, em sua justa e necessária medida, quando serve à liberdade, isto é, quando favorece o desenvolvimento dos sujeitos humanos, a partir da livre construção de suas respectivas práticas e discursos. Daí poder-se dizer que a estrutura institucional a que chamamos democracia é, por excelência, o mal necessário, esforço de racionalidade pelo qual o sacrifício e o trabalho de todos irão reverter em benefício, prazer e liberdade para todos.

[...] A história do mundo nos mostra que estamos condenados à instituição, tanto quanto estamos, segundo Sartre, à liberdade.

[...]

Nós, humanos, nascemos prematurados, desequipados, sem fortes instintos que nos costurem ao mundo, fazendo dele, desde o começo, a nossa casa. Somos ruptura com a ordem cósmica e, por isto mesmo, criadores de civilização. Somos, em nossa origem, desgarramento, derrelição, extravio, liberdade. Somos, em nosso centro ontológico, falta, fenda, spaltung.

A cultura é o esforço humano para lançar pontes sobre o abismo. É preciso criar, a partir da falta. É preciso, pelo trabalho e pela linguagem, organizar o mundo humano e domar a natureza. [...]

Para que o código lingüístico seja comum a todos, ele exige – de todos – um pacto e um consenso. Tenho que abrir mão de minhas representações imaginárias, pessoais e intransferíveis, para inscrever-me no simbólico. O simbólico exige uma gramática, uma sintaxe, um código que seja comum a todos. Ele implica, portanto, uma renúncia de todos – extensiva a todos –, para que a comunicação se torne possível. (PELLEGRINO, 1982, p. 3)

A interpretação oferecida pelo ensaio de Hélio Pellegrino, fundamentada em definições da psicanálise e da lingüística, atravessa as contradições embutidas nos conceitos e se utiliza das forças dos paradoxos para reforçar um modo de aceitar as contradições e de propor um pensamento que se sobressai ao “maniqueísmo conceitual” e é capaz de reger a atuação individual – no desejo, por exemplo – e as instituições – os governos, a Igreja. Tal pensamento evita sabiamente qualquer visão parcial, simplificada, divisionista ou reducionista, cuja propriedade fundamental seria reduzir o objeto complexo – o homem, a Igreja, o partido, o governo – a um único de seus aspectos. Na contramão desse raciocínio parcelado, o texto de Hélio adota a integridade, a completude da apresentação do objeto, que pode ser a morte, o prazer ou a psicanálise.

A reflexão marca o ritmo da expressão, e esta vem pontuada pelas construções dialéticas que fazem dos ensaios de Hélio “obras abertas”, exatas e objetivas, especialmente pelo fundo libertário que contamina a leitura, capaz de renunciar aos juízos impostos. A habilidade relativista vem da disposição de empenhar a personalidade na interpretação. A atitude crítica de Hélio Pellegrino harmoniza empirismo e racionalismo numa espécie de “método”, provando a essência do gênero ensaio, definida por Adorno como uma construção aberta, que se revolta contra a doutrina segundo a qual o mutável e o efêmero não são dignos da filosofia. Para o filósofo alemão, o ensaio resgata o

transitório, sem procurar nele o eterno, e sem querer destilar este a partir daquele: o ensaio quer eternizar o transitório e, por isso, o conceito tradicional de método é suspenso. (ADORNO, 2003, p. 25-7)

Os escritos de Hélio mostram um pensamento, assim, “profundo por se aprofundar em seu objeto, e não pela profundidade com que é capaz de reduzi-lo a uma outra coisa”. Seu modo ensaístico lida com assuntos que seriam considerados dedutíveis, mas não busca a sua dedução definitiva; ele unifica livremente pelo pensamento o que se encontra unido nos objetos de sua livre escolha, sem insistir em alcançar algo para além das mediações (históricas), porém buscando o teor de verdade como algo histórico por si mesmo. (ADORNO, 2003, p. 27). Além disso, é notória no texto de Hélio a habilidade em sua própria relativização: “ele precisa se estruturar como se pudesse, a qualquer momento, ser interrompido. O ensaio pensa em fragmentos, uma vez que a própria realidade é fragmentada; ele encontra sua unidade ao buscá-la através dessas fraturas, e não ao aplinar a realidade fraturada.” Para Adorno, “a descontinuidade é essencial ao ensaio; seu assunto é sempre um conflito em suspenso” (ADORNO, 2003, p. 35). e, no caso de Hélio, um exemplo prático disto está na dificuldade de escolhermos uma determinada passagem para ser citada, já que todos os fragmentos contêm algo independente e importante. Finalmente, o ensaio de Hélio é, numa palavra, uma experiência espiritual em franca antinomia entre a busca da objetivação e a cautela ao se relacionar com a teoria. Por isso, é a expressão acabada da categoria crítica do espírito.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: **Notas de literatura I**. Trad. Jorge Almeida. São Paulo: Duas Cidades, 2003, p. 15-45.
- CANDIDO, Antonio. Hélio versus demônio. In: **Recortes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 201-3.
- KURZ, Robert. O desfecho do masoquismo histórico. In: **Os últimos combates**. Petrópolis, Vozes, 1997. p. 271-7.
- PELLEGRINO, Hélio. A dialética da tortura: Direito versus Direita. **Ensaio de Opinião 7** (2-5), 1978. p. 79-85.
- PELLEGRINO, Hélio. A intranquilidade cívica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 18 ago., 1982.
- PELLEGRINO, Hélio. **Lucidez embriagada**. Org. Antonia Pellegrino. São Paulo: Planeta, 2004.
- PELLEGRINO, Hélio. Mal necessário. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 27 mar., 1982.
- PELLEGRINO, Hélio. Morte e ressurreição de Edson Luís. **Correio da Manhã**. Quarto Caderno, Rio de Janeiro, p. 2, 7 abr., 1968a.
- PELLEGRINO, Hélio. Os feitos da ditadura e a ditadura dos fatos. **Correio da Manhã**. Quarto Caderno, Rio de Janeiro, p. 2, 11 ago., 1968b.
- PELLEGRINO, Hélio. Um indomável coração de poeta. **Correio da Manhã**. Quarto Caderno, Rio de Janeiro, p. 2, 6 out., 1968c.
- VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. A aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

¹ **Gabriela Kvacek BETELLA**, mestre e doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela FFLCH-USP, com Pós-doutorado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP. Professora da área de Letras do Unifai (Centro Universitário Assunção). E-mail: gabrielakvacek@uol.com.br